

O Programa de Renovação Rural

Notas para um estudo das intervenções de reabilitação em áreas rurais no Estado Novo

O mito da vocação rural do povo português constituiu um dos mais fortes traços característicos do Estado Novo salazarista e da sua propaganda, sem que tal, porém, se tenha traduzido em políticas consistentes de desenvolvimento e valorização das áreas rurais. Afinal, outro dos seus mitos, o da vocação de pobreza, justificava que se deixasse o povo “viver habitualmente”, ainda que tal significasse fazê-lo em “inconfortável cortiço, mais próprio de animais”, como oportunamente assinalou Aquilino Ribeiro.

Ainda assim, no início da década de 1960, quando a vacuidade de ambos os mitos havia já sido posta a nu pelo crescente êxodo rural, a Junta de Colonização Interna (JCI) irá lançar, através de um novo serviço criado para o efeito, a Secção de Bem Estar Rural, um ambicioso *programa de renovação rural*.

Com o objetivo de “promover a renovação e o ressaneamento das aldeias”, o programa visava, fundamentalmente, resolver o premente problema das (más) condições de habitação rural que, duas décadas antes, o *Inquérito à Habitação Rural* havia denunciado.

Partindo desse pressuposto, a proposta que então se desenhou, contemplava a intervenção, não só no edificado privado, mas também no espaço público, nas redes de infraestruturas e nos equipamentos de utilização pública, através de apoio financeiro concedido ao abrigo da Lei dos Melhoramentos Agrícolas (Lei n.º 2017, de 25/06/1946).

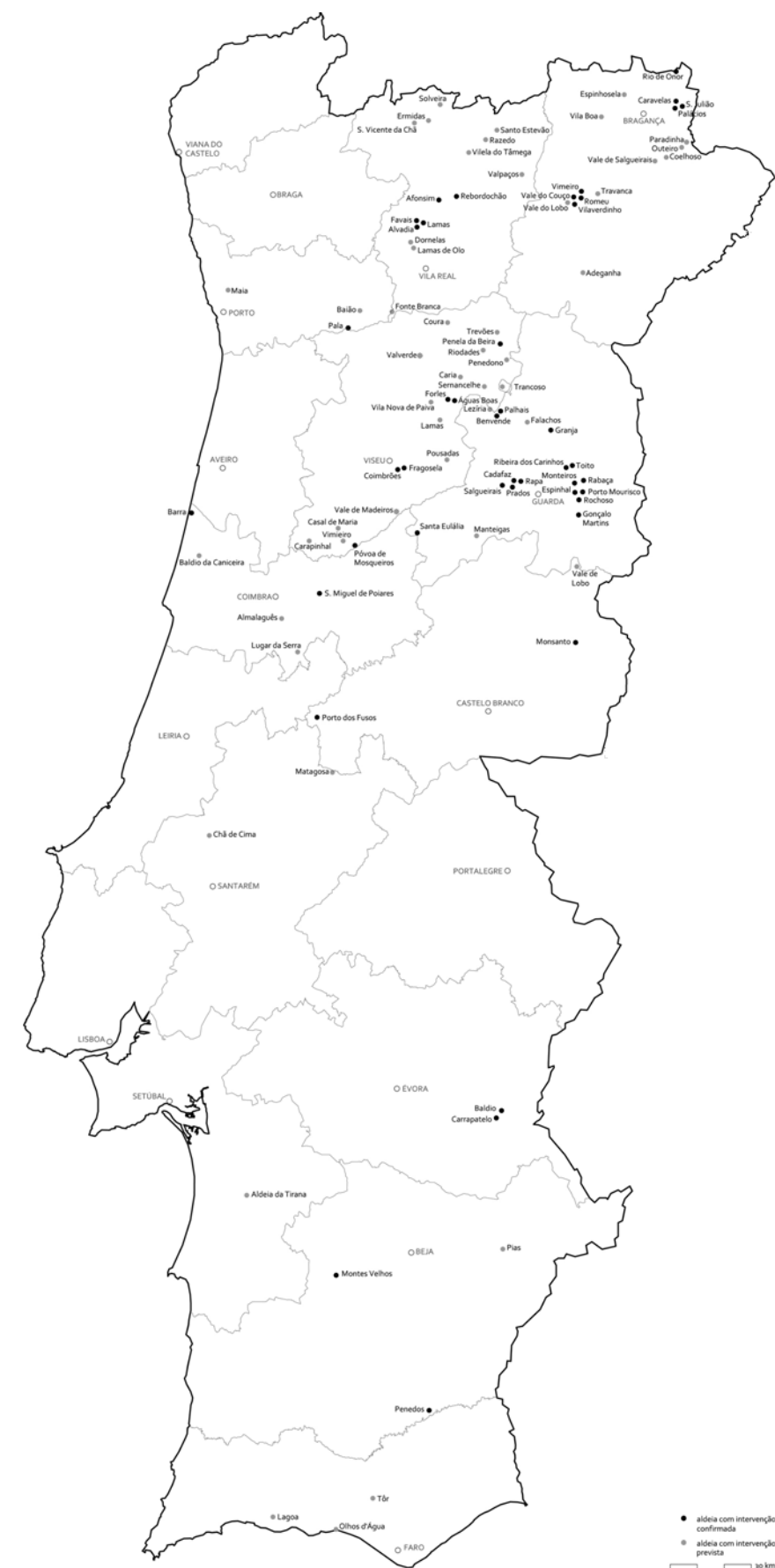
Ambicioso nos objetivos proclamados, mas limitado nos meios de que dispôs e parco nos resultados obtidos, o programa, iniciado em 1960 e encerrado em 1974 com a extinção da JCI, não deixou, ainda assim, de revelar alguns aspetos que merecem ser destacados pela sua importância precursora. Efetivamente, ao adotar uma abordagem multissetorial e multi e interdisciplinar e ao propor a valorização turística e a diversificação do emprego em áreas rurais, o programa antecipa conceitos, como os da reabilitação integrada ou da multifuncionalidade, pluriatividade e plurirrendimento das áreas rurais, mas também ações, como os programas de revitalização de aldeias, que só mais tarde a doutrina e a prática consagrarão.

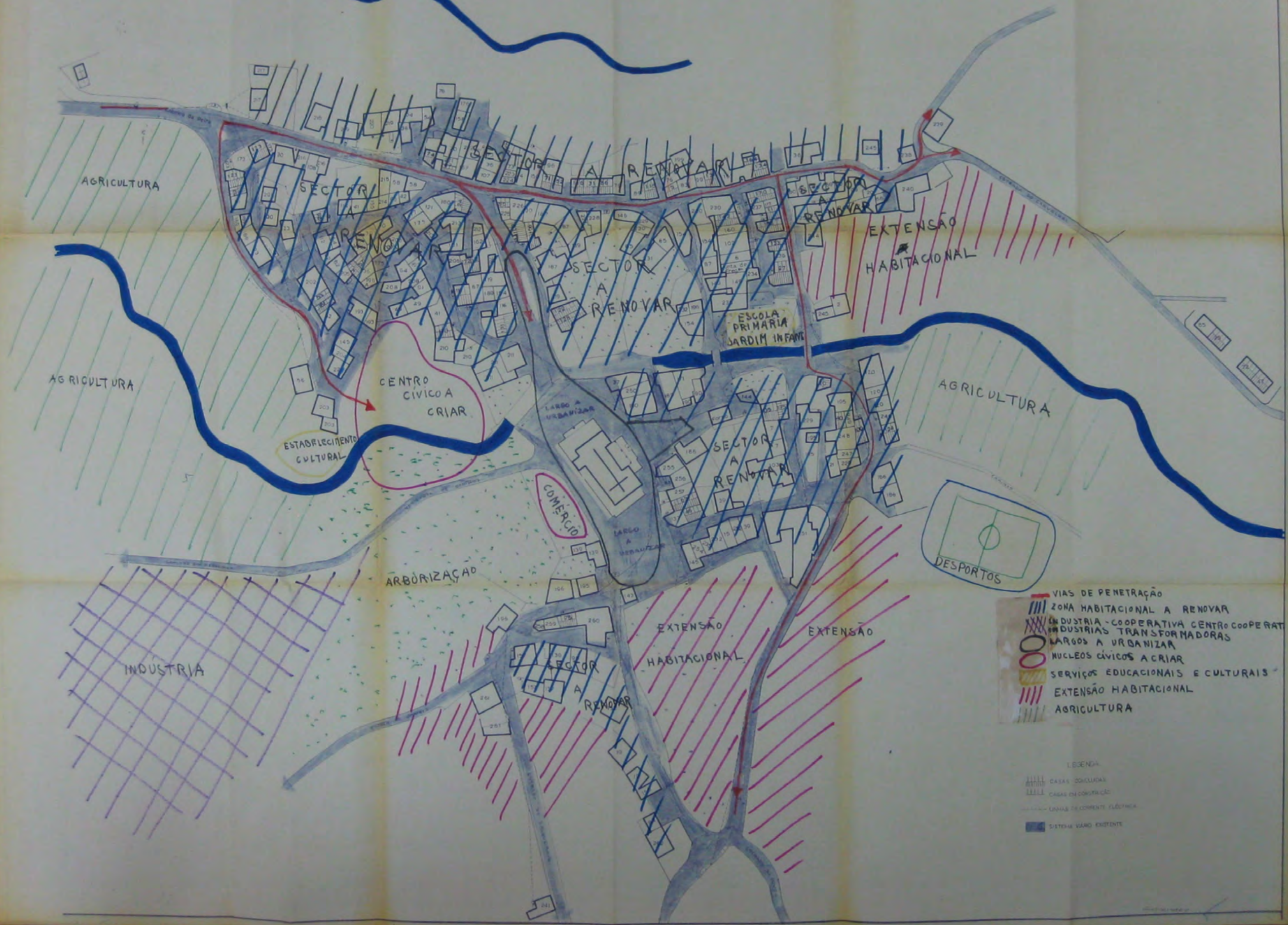
Tendo decorrido até 1968 em “sistema experimental”, o programa prosseguiria até à queda do regime e consequente extinção da JCI, em outubro de 1974. As intervenções, coordenadas ao nível local por uma Comissão de Melhoramentos criada para o efeito, agrupando um representante da JCI e dois representantes “eleitos” pela população local, terão envolvido, para além da JCI, as direções gerais dos Serviços Agrícolas, dos Serviços Eléctricos e dos Serviços de Urbanização, o Fundo de Fomento à Habitação, o Instituto de Assistência à Família, a Junta Central das Casas do Povo, a Junta de Acção Social, a Federação das Caixas de Previdência e Habitações Económicas e o Instituto Geográfico e Cadastral.

Dos documentos e publicações consultados é possível concluir que até ao final de 1972 terão sido beneficiadas pelo programa cerca de 41 aldeias, de um universo de 94 candidaturas, e 1523 habitações. Números (muito) escassos, face à dimensão das necessidades, é certo, mas que denunciam um esforço que, embora se tenha revelado ineficaz no combate ao êxodo rural, seu objetivo último, consideramos merecedor de estudo mais aprofundado, nas suas várias dimensões.

Figura 1 – Plano de Renovação Rural: localização das aldeias com intervenção executada e prevista.
Fonte: Vítor Ribeiro, 2017.

Figura 2 (página ao lado) – O ordenamento constituía uma das preocupações centrais do programa. Aldeia de Prados: Plano Director. Fonte: JCI - Junta de Colonização Interna (ed.), 1963-65. Aldeia de Prados: Programa de Renovação Rural. Lisboa: JCI.





- VIAS DE PENETRAÇÃO**
- /// ZONA HABITACIONAL A RENOVAR
 - /// INDUSTRIA - COOPERATIVA CENTRO COOPERAT
 - /// INDUSTRIAS TRANSFORMADORAS
 - /// LARGOS A ORGANIZAR
 - /// NUCLEOS CIVICOS A CRIAR
 - /// SERVIÇOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS
 - /// EXTENSÃO HABITACIONAL
 - /// AGRICULTURA
- LEGENDA**
- /// CASAS CONCLUÍDAS
 - /// CASAS EM CONSTRUÇÃO
 - /// LINHAS DE CORRENTE ELÉCTRICA
 - /// SISTEMA VIÁRIO EXISTENTE



Figura 3 – Lugar de Prados, Habitação n.º 31: depois das obras (a) e em 2013 (b). Fonte: JCI, 1963-65, op. cit. (a) e Vítor Ribeiro, 2013 (b).

Figura 4 (página ao lado) – Lugar de Prados, Habitação n.º 40: plantas da situação existente e da proposta a executar (a) e antes e depois das obras (b). Fonte: JCI, 1963-65, op. cit.

As intervenções abrangiam a reconfiguração dos espaços internos das habitações, promovendo, em particular, a separação, por sexos, de quartos de cama e a criação de instalações sanitárias, podendo implicar a ampliação do fogo quando a sua área coberta fosse considerada insuficiente.

ALDEIA DE PRADOS

SERVIÇO PARA O BEM ESTAR RURAL



ANTES



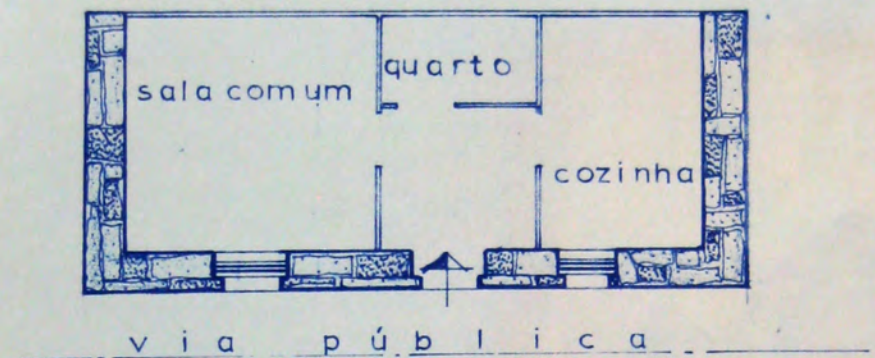
DEPOIS

FOGO Nº 40 PERTENCENTE
A ANTONIO REI MATIAS

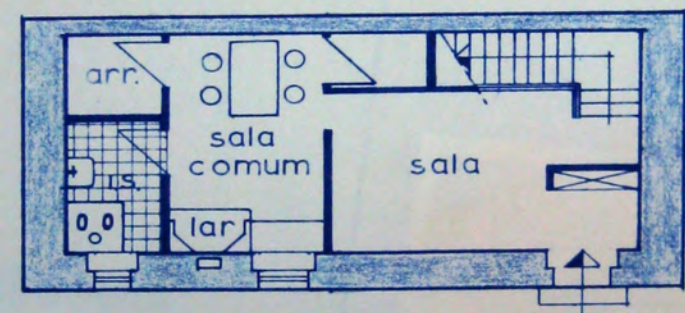
HABITAÇÃO RENOVADA

SERVIÇO PARA O BEM ESTAR RURAL LUGAR DE PRADOS HABITAÇÃO Nº 40

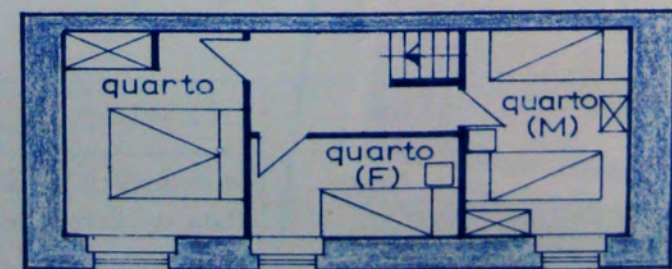
P.



ACTUAL



1º PISO
A EXECUTAR



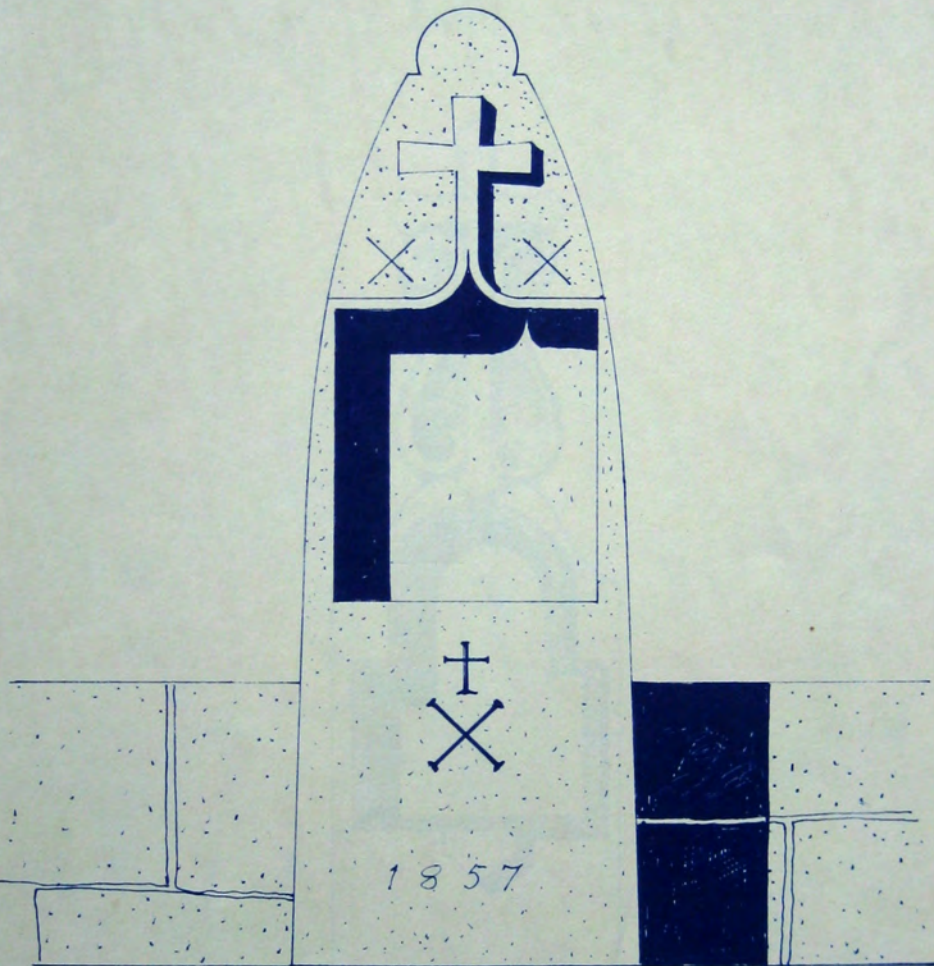
2º PISO
A EXECUTAR

Esc. 1:100

BEM ESTAR RURAL

ALMINHAS TIPO 1

A

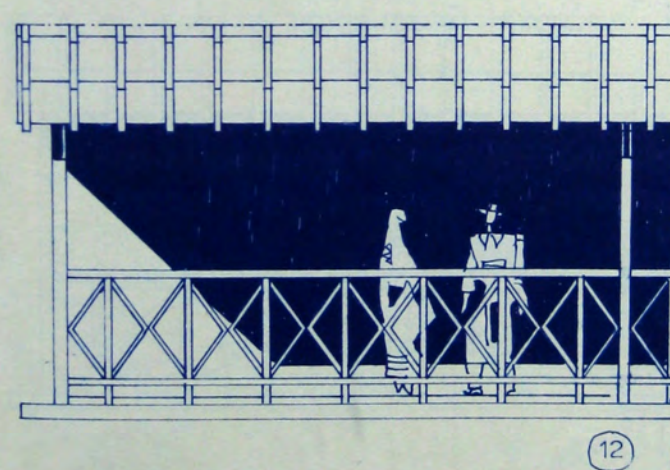
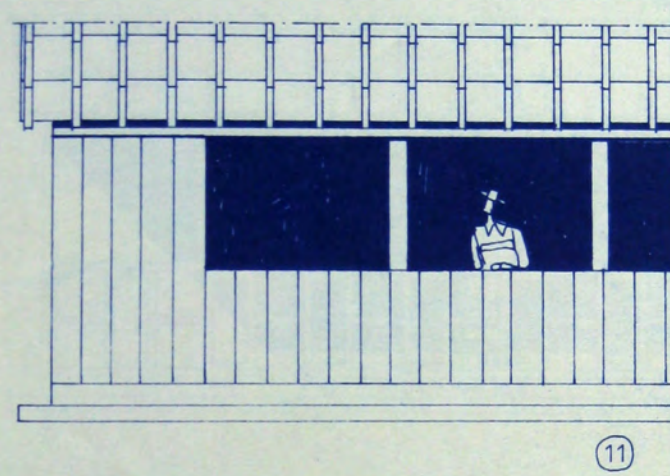


arq
pinto
machado
ESC. 1:50

BEM ESTAR RURAL

BALCÃO TIPO

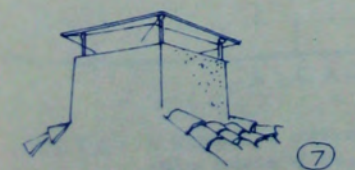
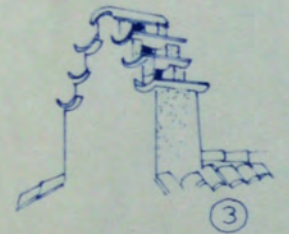
B



arq
pinto
machado
ESC. 1:50

BEM

FU



BEM ESTAR RURAL

FUGAS DE CHAMINÉS

C



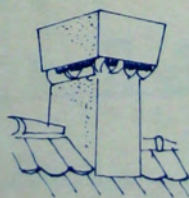
2



4



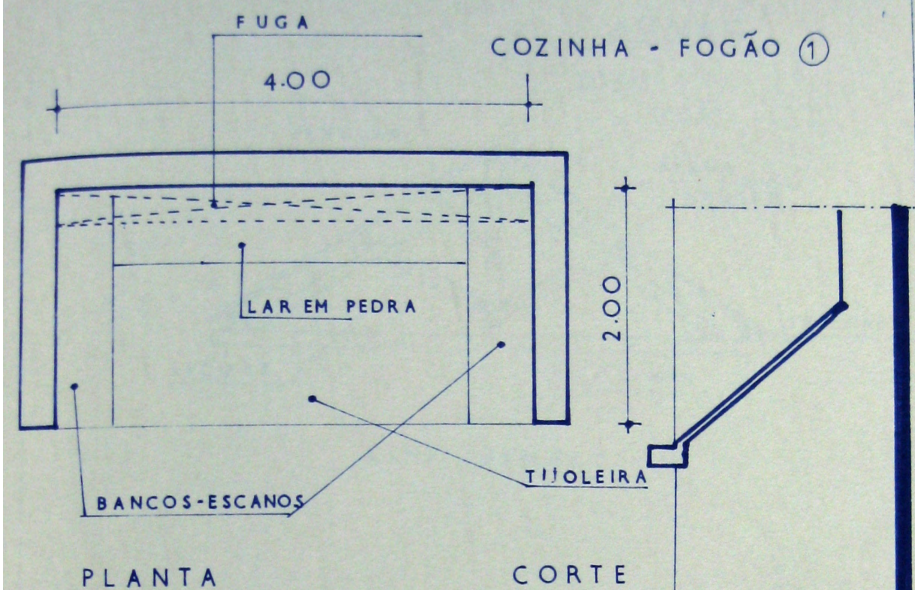
6



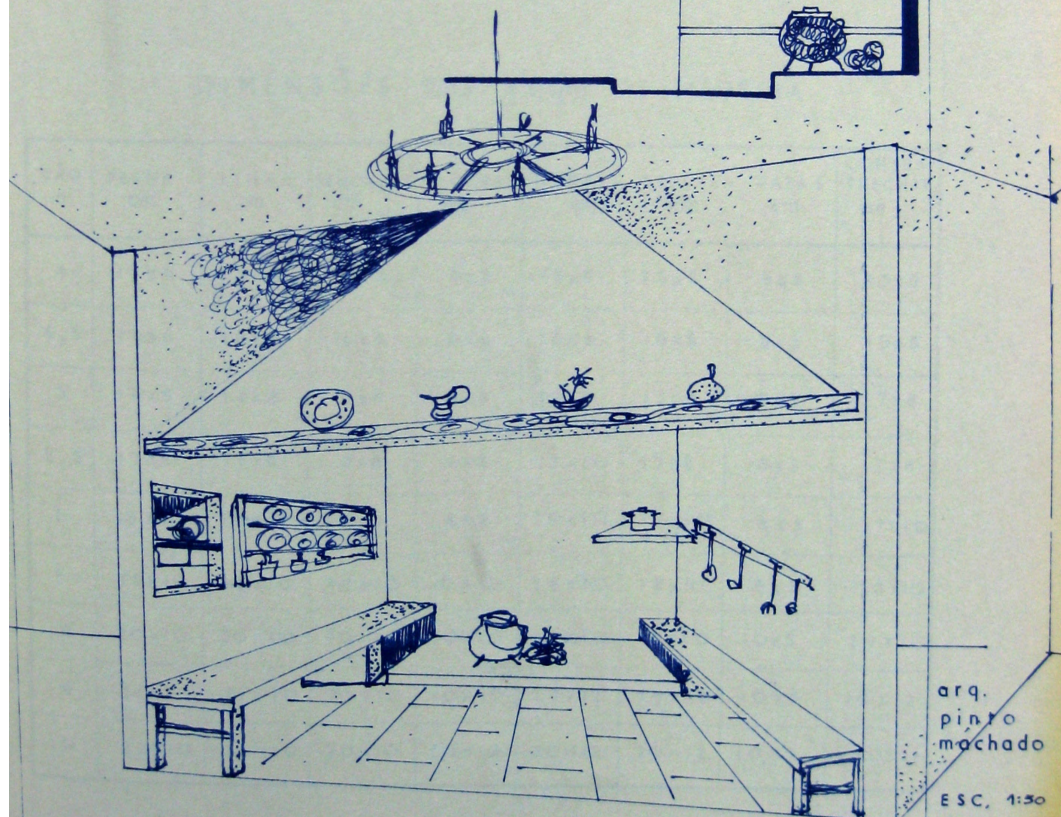
8

arq.
pinto
machado

BEM ESTAR RURAL



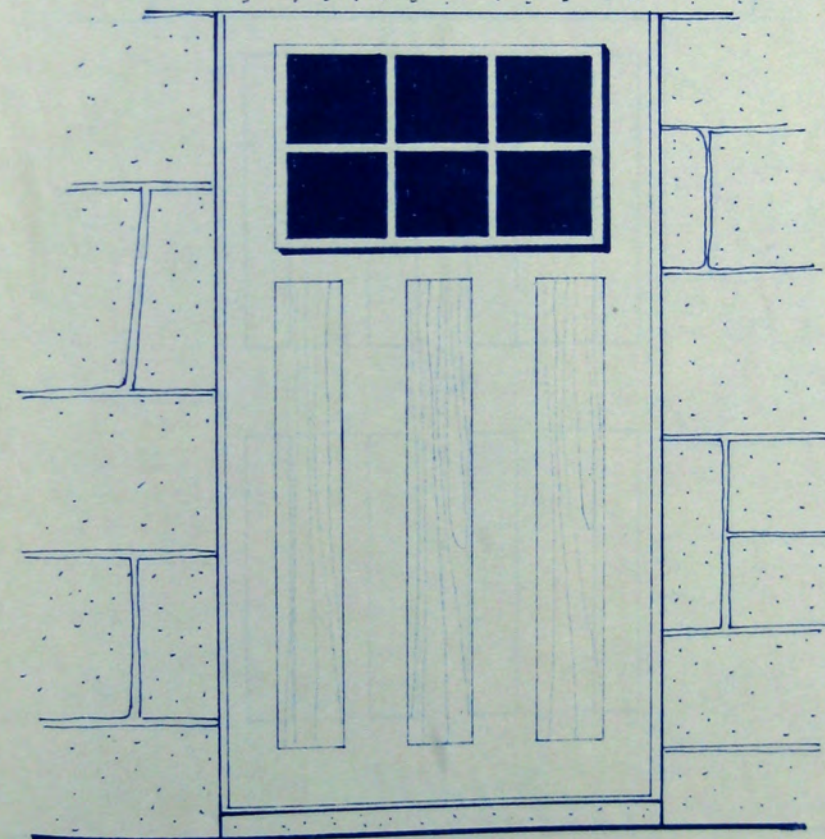
C



BEM ESTAR RURAL

PORTA TIPO 1

P



arq.
pinto
machado

1:15

Figura 5 – Alminhas tipo 1, Balcão tipo A, Fugas de chaminé, Cozinha – fogão, Porta tipo 1. Embora rejeitasse a uniformização de tipos arquitetônicos (casas-tipo), o programa admitia a normalização (e produção em série) de alguns elementos. Fonte: JCI, 1963-65, op. cit.

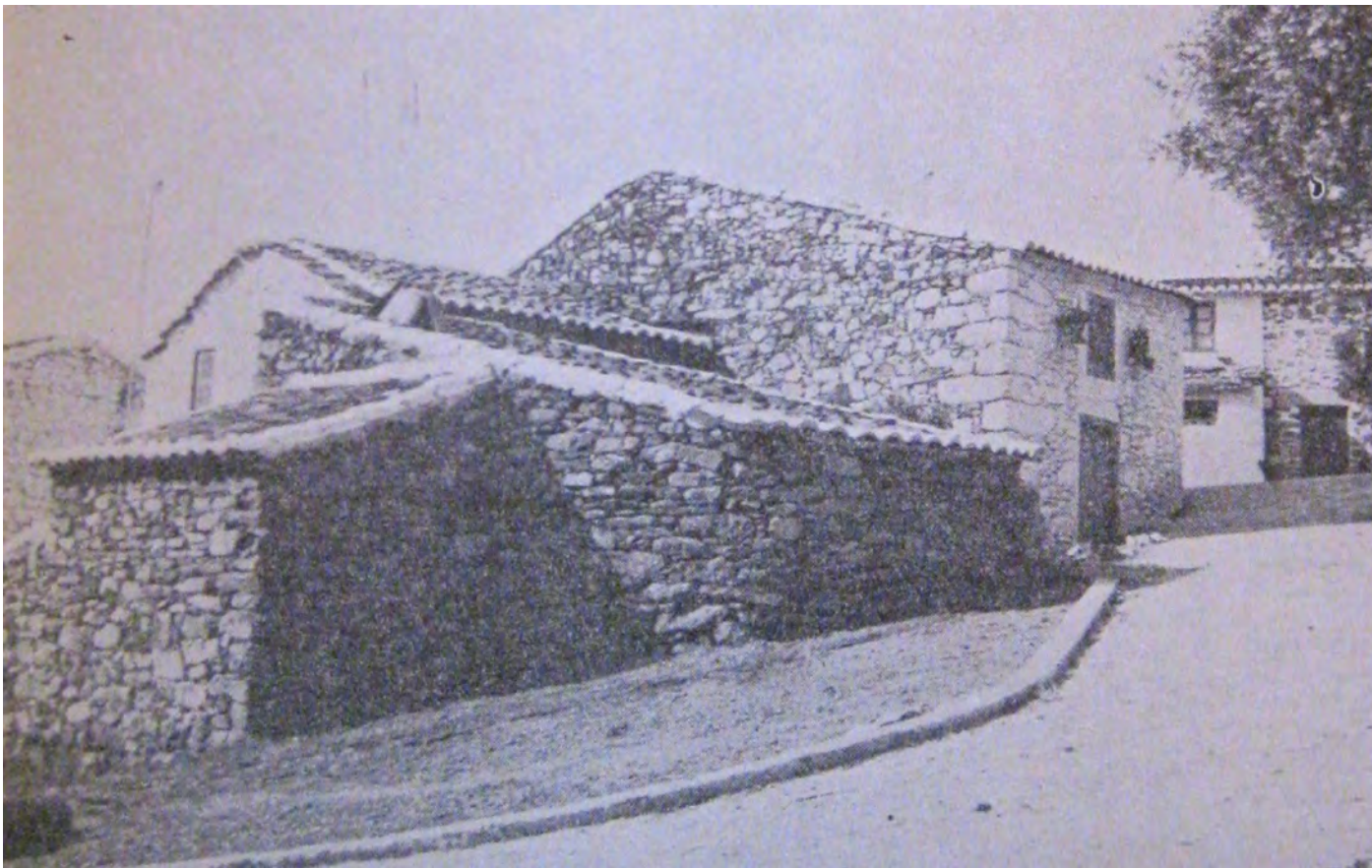
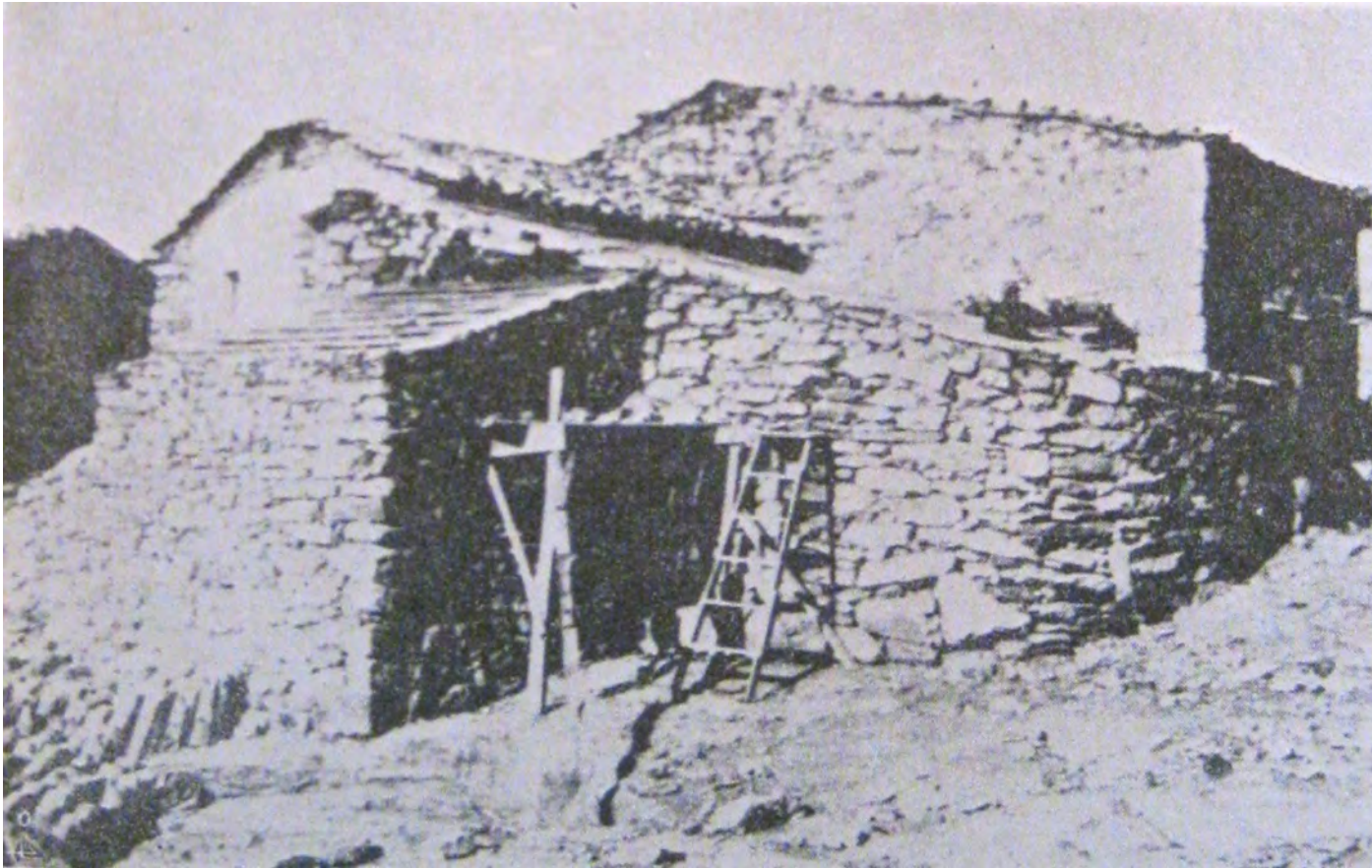




Figura 6 – Habitação beneficiada em Vale do Couço (Mirandela), uma das primeiras aldeias transmontanas "melhoradas": antes (página anterior, em cima) e depois (página anterior, em baixo) das obras, e em 2013.



Figura 7 – Vilaverdinho (Mirandela): "A casa do canto", antes (em cima) e depois (em baixo) das obras, e em 2013 (ao lado).

Intervir na melhoria das condições de habitabilidade mas "sem modificar o aspecto geral do povoamento nem as características das habitações", constituía outra preocupação fundamental do programa. Fonte: Vasco Lobo e Alfredo da Mata Antunes, 1960. Problemas actuais da pequena habitação rural. Coimbra: DGSU; CEU (6a, 6b); JCI, 1963. Vila-verdinho: uma aldeia melhorada. Lisboa: JCI (7a, 7b); Vítor Ribeiro, 2013 (6c, 7c).





Figura 8 – Vilaverdinho (Mirandela): "A sala comum da Cecília Gomes", antes (em cima) e depois (em baixo) das obras. Não obstante o seu limitado alcance, o programa representou um esforço em dotar de condições mínimas de habitabilidade os "inconfortáveis cortiços, mais próprio de animais", como oportunamente assinalou Aquilino Ribeiro, em que se (sobre)vivia nos pequenos aglomerados rurais. Fonte: JCI, 1963. op. cit.

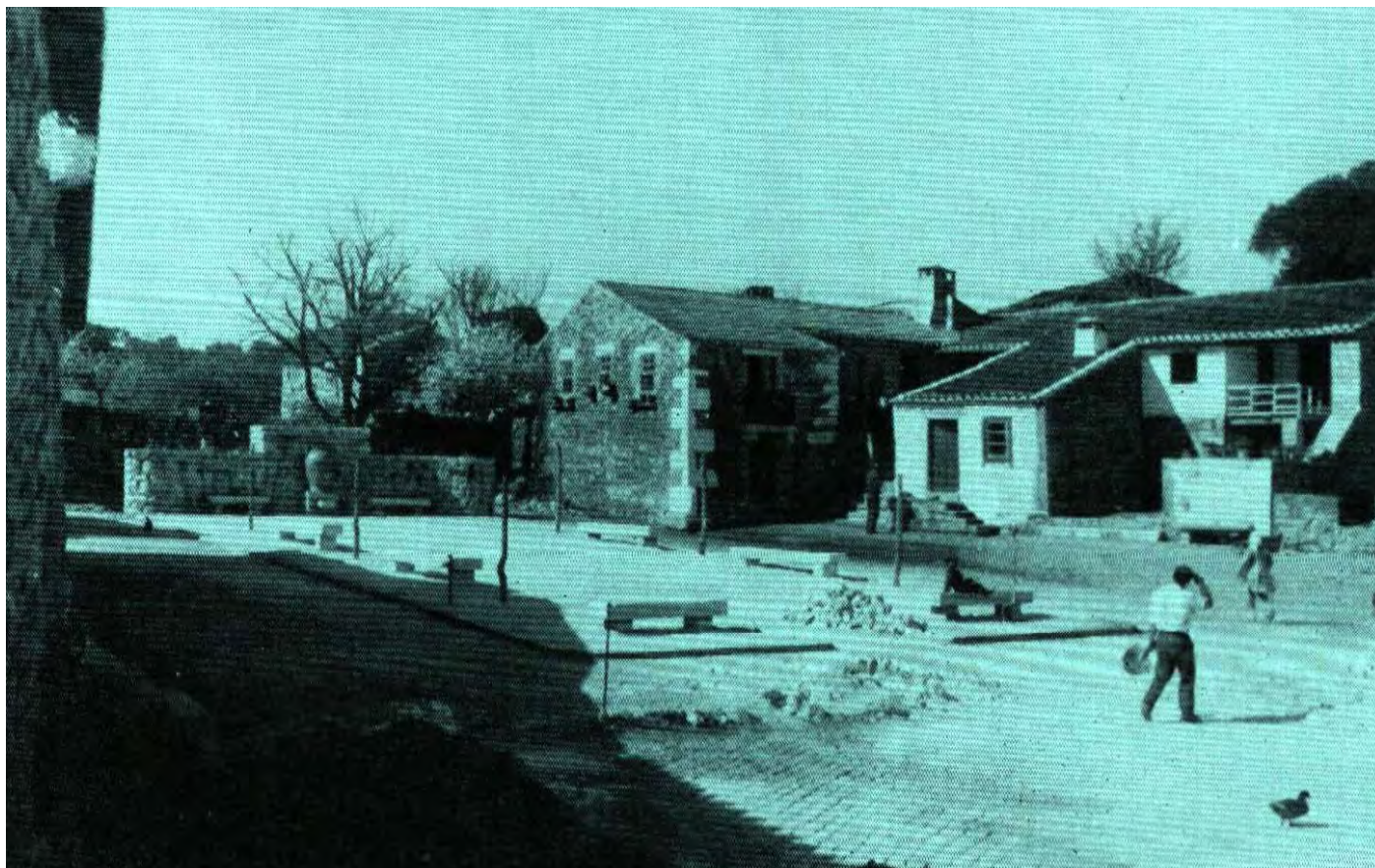




Figura 9 – Vilaverdinho (Mirandela): "O largo da vila", antes (página ao lado, em cima) e depois (página ao lado, em baixo) das obras, e em 2013 (ao centro); o fontenário em 2013 (em cima).

ESTA OBRA FOI INAUGURADA EM 26-5-73
POR SUA EX^ª O SENHOR
SECRETARIO DE ESTADO DA AGRICULTURA
SENDO SUA MADRINHA A SENHORA
D. MARIA GABRIELA LEONIDAS.

PARA A CONSTRUÇÃO DESTE CENTRO
CONTRIBUÍRAM:

A JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA
QUE ATRAVÉS DA SECÇÃO
DE BEM ESTAR RURAL DEU
O SEU APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO

A COMISSÃO RURAL E O POVO
DESTA ALDEIA QUE CONTRIBUÍRAM
COM TRABALHO E DINHEIRO

O SENHOR JOSÉ RAMALHO QUEIMADO
COM A CEDÊNCIA GRATUITA DO TERRENO

AMIGOS DESTA ÁLDEIA QUE CONTRIBUÍRAM
POR FORMAS DIVERSAS



Figura 10 (página ao lado) – Santo António do Baldio (Reguengos de Monsaraz): Centro de Recreio e Convívio Maria Gabriela Leonidas.

Para além da resolução do "problema do alojamento rural", o programa abrangia ainda o "ressaneamento" e o "reapetrechamento" das aldeias, intervindo no espaço público, nas redes de infraestruturas e nos equipamentos de utilização coletiva. Fonte: JCI, 1963, op. cit. (9a, 9b); Vítor Ribeiro, 2013 (9c), 2014 (10).

Fig. 11 – Cadafaz (Celorico da Beira). Fonte: Vítor Ribeiro, 2013.







Figura 12 (à esquerda) – Póvoa de Mosqueiros (Santa Comba Dão). Fonte: Vítor Ribeiro, 2013.

Figura 13 (ao centro) – Porto dos Fusos (Sertão). Fonte: Vítor Ribeiro, 2013.

Figura 14 (à direita) – Penedos (Mértola). Fonte: Vítor Ribeiro, 2014.